

**Lei nº 492/2021**

Buriti Alegre/GO, 03 de Março de 2021.

"Dispõe sobre o uso obrigatório de máscara de proteção individual sobre nariz e boca e estabelece penas de advertência e multa administrativa nos casos de descumprimento de medida sanitária".

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE, ESTADO DE GOIÁS**, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Reafirma a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual sobre o nariz e a boca, estabelecida pelo Art. 3º, inciso III-A da Lei Federal nº 13.979/2020 e Decreto Estadual nº 9.653/2020, nos espaços públicos, equipamentos de transporte coletivo e estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, enquanto perdurarem as medidas implementadas pelo Executivo para enfrentamento da pandemia de COVID-19.

**Parágrafo único.** O descumprimento do disposto no caput deste artigo sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais), que será aplicada com apoio dos Órgãos de Segurança, se necessário.

**Art. 2º** - Ficam estabelecidas as penas de advertência e multa administrativa para aqueles que permitem e/ou descumprem medida sanitária definida por Decreto do Executivo Municipal, nos valores de:

I - Festas e eventos em residências urbanas com até 10 pessoas – advertência;

II - Festas e eventos em residências urbanas com até 10 pessoas, em caso de reincidência.

a) Multa de R\$ 500,00 (Quinhentos reais) que será aplicada ao proprietário do imóvel;

b) Multa de R\$ 100,00 (Cem reais) para cada frequentador;

III - Festas e eventos em residências urbanas com mais de 10 pessoas.

a) Multa de R\$ 800,00 (Oitocentos reais) que será aplicada ao proprietário do imóvel;

b) Multa de R\$ 200,00 (Duzentos reais) para cada frequentador;

IV - Festas e eventos em sítios, chácaras e condomínios com pessoas que não residam no local:

**MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE**

Gabinete do Prefeito

a) Multa de R\$ 1.000,00 (Um mil reais) que será aplicada ao proprietário do imóvel ou ao organizador do evento;

b) Multa de R\$ 200,00 (Duzentos reais) para cada frequentador;

§ Único - Em caso de reincidência das infrações previstas nos incisos II, III e IV a penalidade de multa administrativa poderá ser acrescida em 200% (duzentos por cento).

**Art. 3º** - Os estabelecimentos comerciais, industriais e de serviço que autorizarem a entrada ou a permanência de colaboradores, funcionários e consumidores sem a utilização de máscaras de proteção individual sobre o nariz e a boca, será imediatamente advertido, e em caso de reincidência será aplicado penalidade administrativa no seguinte valor:

a) Multa de R\$ 500,00 (Quinhentos reais) que será aplicada ao proprietário ou responsável pelo estabelecimento;

§ Único - Em caso de reincidência da infração previstas neste artigo, a penalidade de multa administrativa poderá ser acrescida em 200% (duzentos por cento).

**Art. 4º** - Os estabelecimentos comerciais que possuem atividade relacionada a bares e restaurantes será imediatamente advertido, e em caso de reincidência será aplicado penalidade administrativa nos seguintes casos:

I - Permita a permanência de colaboradores, funcionários e consumidores sem a utilização de máscaras de proteção individual sobre o nariz e a boca:

a) Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) que será aplicada ao proprietário ou responsável pelo estabelecimento;

II – Não cumpra as determinações estabelecidas em Decreto Municipal, no que se refere ao controle de acesso, aglomerações e número de pessoas por mesa:

b) Multa de R\$ 300,00 (trezentos reais) por irregularidade, que será aplicada ao proprietário ou responsável pelo estabelecimento;

**Art. 5º** - Em caso de reincidência das infrações previstas nesta lei, a penalidade de multa administrativa poderá ser acrescida em 200% (duzentos por cento).

**Art. 6º** - A multa estabelecida no Art. 4º não será aplicada nos casos em que o consumidor estiver fazendo uso de alimento ou bebida.

**Art. 7º** - O procedimento administrativo instaurado pelo Poder Executivo deverá garantir, aos infratores, os direitos à ampla defesa e ao contraditório.



**MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE**  
Gabinete do Prefeito

**Art. 8º** - Fica criada a Junta Recursal para as penalidades estabelecidas nesta lei, composta por três servidores a serem nomeados por ato próprio, na qual será estabelecido os prazos e critérios de julgamento dos Recursos.

**Art. 9º** - As penalidades aplicadas por esta lei e não pagas em até 60 (sessenta) dias da autuação, deverão ser incluídas em Dívida Ativa, para fins de Execução Judicial.

§ Único – O disposto neste artigo não se aplica às infrações que estiverem sobre análise da junta recursal.

**Art. 10** - O Executivo poderá expedir regras complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta lei.

**Art. 11** – Fica o Poder Público Municipal autorizado a delegar poderes aos servidores públicos municipais designados para o ato, aos Agentes de Fiscalização de todas as áreas da Administração direta, Polícia Militar e outros órgãos do Estado para fins de lavratura de autuações, aplicação de multas e de todo e qualquer ato inerente ao efetivo e pleno cumprimento desta Lei.

**Art. 12** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, perdurando seus efeitos durante o período emergencial estabelecido por órgão estadual ou municipal.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti Alegre**, Estado de Goiás, aos 03 dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um (03.03.2021).

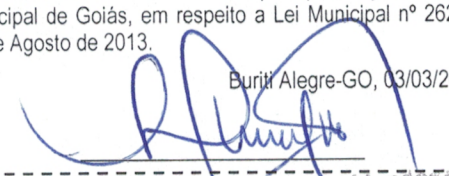


**ANDRÉ DE SOUSA CHAVES**  
Prefeito Municipal de Buriti Alegre

**CERTIFICO**

Certifico que nesta data, em respeito ao Princípio da Publicidade, publiquei mediante afixação deste exemplar no placar da Prefeitura e encaminhei para publicação no Diário Municipal de Goiás, em respeito a Lei Municipal nº 262 de 14 de Agosto de 2013.

Buriti Alegre-GO, 03/03/2021.



**Vinicius Alves Mendonça**  
Assessor Jurídico  
OAB/GO: 38.342